CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 14/02

Em 2 anos, Enel avança pouco na qualidade

ENERGIA Em 2018, consumidores ficaram 26,64 horas no escuro, quase o dobro do limite estabelecido pela Aneel; companhia italiana duplicou os investimentos, mas só conseguiu melhorar índices em 10%

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Há exatos dois anos, a Enel assumiu o controle da antiga Celg Distribuição (Celg D). O resultado de lá para cá foi de redução de quase três horas no tempo em que os consumidores ficam sem energia – mesmo com mais que o dobro de investimentos (R$ 800 milhões anuais), se comparado aos últimos anos da Celg D estatal. Mas, a empresa está longe de obedecer os limites estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, em algumas regiões do Estado, há relatos de piora.

Ao todo, os consumidores ficaram 26,64 horas sem energia no ano passado, enquanto o limite era de 13,69 horas. Antes de passar para o controle privado, em 2016, a distribuidora atingiu 29,55 horas de interrupções, e, desde 2010, ultrapassa os índices apontados como toleráveis pela Aneel – o pior ano nesse período foi 2015, quando os consumidores tiveram de suportar média de 43,24 horas sem o fornecimento de luz.

Com a venda da companhia para a Enel Brasil, que foi concretizada no dia 14 de fevereiro de 2017, a expectativa era de melhorias por causa dos investimentos, que estavam abaixo do necessário para manter e expandir a rede. Em sua primeira entrevista ao POPULAR, em dezembro daquele ano, o presidente da distribuidora em Goiás, Abel Rochinha, afirmava que a expectativa era de melhorar os índices em cerca de 40% em dois ou três anos.

Até agora, no que se refere ao tempo que o consumidor goiano fica no escuro, a melhoria foi de 10%, enquanto a frequência em que as quedas ocorrem apresentou redução de 17%. A Enel Distribuição Goiás – nome adotado a partir de março de 2018 – atende mais de 3 milhões de consumidores no Estado. Mas não é a única. A também privada Cheap atende a população do Vale do São Patrício (35,9 mil unidades consumidoras) e apresenta uma realidade bem diferente.

A Cheap não ultrapassou os limites da Aneel e os consumidores de Carmo do Rio Verde, Ceres, Rialma, Uruana e outros municípios dessa região ficaram sem energia por menos da metade do tempo (11,99 horas) do que o restante do Estado, atendido pela Enel. O que para o interior significa muito, já que os maiores desafios da antiga Celg D estão fora da capital.

"A energia é um grande problema para muitos municípios e têm ocorrido grandes perdas para os produtores rurais", ressalta o presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves. Ele pontua que afeta comércio, indústrias, produção rural e que os prejuízos se refletem até mesmo na arrecadação das prefeituras pelo desequilíbrio capaz de causar às economias locais. "A gente sabe que teve uma melhora lenta, mas ainda não é o ideal."

Em Aruanã, consumidores relatam que quedas preocupam e revelam necessidade de mais melhorias na rede. No último final de semana, houve interrupção que durou cerca de 24 horas. Já em Iporá, a insatisfação de produtores rurais levou à organização de um protesto, que será realizado amanhã (15) em frente à loja da Enel na cidade. Serão distribuídos litros de leite e realizado um almoço.

"O objetivo é ver se sensibiliza mais os diretores da Enel, para que tenham pelo menos pena, porque depois que assumiram ficou pior. Tem fazenda que fica seis dias sem energia", pontua o presidente do Sindicato Rural de Iporá, Adailton Leite, ao dizer que "o protesto será pacífico, por enquanto".

OUTRO LADO

A Enel tem reforçado seu compromisso com os consumidores goianos de investir continuamente em melhorias, diz nota em que a empresa afirma que os investimentos "têm como foco a automação da rede de distribuição, além de iniciativas para ampliar a capacidade da rede de distribuição e acelerar a conexão de novos clientes".

O resultado disso, segundo a distribuidora, é que a duração média das interrupções do fornecimento de energia (DEC), em 2018, foi a melhor desde 2011; e a frequência média de interrupções (FEC), em 2018, foi a melhor da história da companhia, desde o início da apuração por parte da Aneel.

> *"A energia é um grande problema para muitos municípios e têm ocorrido grandes perdas para os produtores rurais"*
>
> **Haroldo Naves, presidente da FGM**

Em sua defesa, a Enel ainda afirmou que tem automatizado a operação do sistema elétrico e que inaugurou as novas Subestações Cocalzinho, Ipeguari (Santa Helena) e Paraúna, além da Linha de Distribuição de Alta Tensão (LDAT) Cristalina–Luziânia e da ampliação de outras 16.

"A empresa reforça que são intervenções grandes e complexas, que refletem na qualidade do serviço em médio e longo prazos", traz a nota.

Sobre os indicadores da Aneel, a empresa explicou que "registra todas as ocorrências de interrupção no fornecimento, mesmo que os clientes não comuniquem à distribuidora. Além disso, os indicadores são enviados e fiscalizados, rigorosamente, pela Aneel".

ARUANÃ

Sobre Aruanã, a distribuidora esclareceu que realizou um plano de ação de manutenção na rede elétrica da cidade. Além disso, explicou que no último sábado (9) uma falha em um equipamento da rede de distribuição foi o que interrompeu o fornecimento de energia para cerca de 190 clientes. "A distribuidora ressalta que equipes trabalharam para restabelecer o fornecimento o mais breve possível e garantir a qualidade e a confiabilidade do serviço."

Pós-venda

Veja como foi o desempenho da Enel nos dois primeiros anos à frente da antiga Celg Distribuição

INDICADORES DE QUALIDADE

- Um dos aspectos que envolvem a qualidade na prestação do serviço de energia elétrica se refere a duração e a frequência das interrupções no fornecimento, que são medidas pelos indicadores coletivos de continuidade denominados de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora)
- DEC mede o tempo que um grupo de consumidores ficou sem energia e o FEC indica a quantidade de vezes que ocorreu interrupção no fornecimento

INDICADORES COLETIVOS DE CONTINUIDADE*

Antes da privatização

	2016	2017	2018
DEC	29,55 horas	32,29 horas	26,64 horas
Limite	14,94 horas	14,01 horas	13,69 horas
FEC	18,90 vezes	19,20 vezes	15,03 vezes
Limite	12,84 vezes	11,51 vezes	11,03 vezes
Número de consumidores	2,769 milhões	2,850 milhões	3,012 milhões

REGIÕES QUE FICARAM MAIS HORAS NO ESCURO

De 148 conjuntos elétricos em que a Enel-GO está dividido, veja os mais afetados em 2018

1º **Cabriuva S2** Rio Verde, Jataí, Quirinópolis, Monte Alegre de Goiás e região
2º **Cristalina S2** Cristalina, Ipameri, Luziânia e região
3º **São João D'Aliança** São João D'Aliança, Alto Paraíso de Goiás e região
4º **Britânia** Aruanã, Britânia e região
5º **Jataí S1** Mineiros, Caiapônia, Caçu, Montividiu, Doverlândia, Serranópolis, Chapadão do Céu, Iaciara, Portelândia e região

*Os indicadores são passíveis de alterações após fiscalizações da Aneel

Fonte: Aneel

Diretor da Aneel vem a Goiânia avaliar empresa

Queixas do governador Ronaldo Caiado (DEM) e do setor produtivo sobre a qualidade da prestação de serviço da Enel Distribuição Goiás teriam sensibilizado a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na manhã de hoje, está marcada uma reunião na Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) com o diretor da Aneel, Rodrigo Limp Nascimento. Depois haverá encontro com o governador. Segundo o governo estadual, a visita foi fechada durante uma reunião do governador com o presidente do BNDES, Joaquim Levy, com a presença de representantes dos Ministérios da Economia e Minas e Energia. "É preciso que a Enel responda com extrema rapidez ou que o BNDES reveja esse modelo de concessão", afirmou Caiado. Segundo o governo, a vinda da comitiva da Aneel serviria para fiscalizar e verificar o quadro que está instalado no setor. "Vão ouvir nossa percepção sobre a energia em Goiás. Estivemos com a Enel na segunda e a empresa apresentou uma evolução desde que assumiu", pontua o vice-presidente da Fieg, André Rocha, ao afirmar que há disposição da companhia de realizar vários encontros para tratar sobre os problemas que o setor aponta e auxiliar com o aumento da oferta de energia para instalação de novas indústrias.

Esses encontros ocorrem ao mesmo tempo em que o governador sancionou lei que modificou o Fundo de Aporte à Celg Distribuição (Funac), que fazia parte das condições expostas no contexto da venda da Celg D e atraiu a multinacional italiana para Goiás. Com a mudança do que está disposto no contrato, a Enel já afirmou que irá à Justiça e seu presidente nacional chegou a afirmar ao jornal *Valor* que a mudança da legislação poderá acarretar em redução dos investimentos da companhia. Também insatisfeito com a companhia, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (Stiueg) afirma que vai realizar campanha para reestatização da empresa e que a baixa qualidade justificaria.

O POPULAR 14/02

Furar fila de cirurgia custava até R$ 2 mil

OPERAÇÃO OTIUM Servidores serão investigados por venda de vagas para procedimentos eletivos em hospitais públicos

Catharina Moraes
catharina.moraes@opopular.com.br

Fabiana Sousa
fabiana.sousa@opopular.com.br

Há pelo menos 15 anos, Eder Alves da Rocha, de 51 anos, comercializava vagas em cirurgias eletivas em hospitais públicos de Goiânia, de acordo com investigação da Polícia Civil. As duas unidades de saúde citadas nos autos são o Hospital das Clínicas (HC) e o Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi (HGG). As fraudes, constatadas pela Operação Otium, da Delegacia Estadual de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública (Dercap), apontam para um esquema ainda maior: a possibilidade de envolvimento de agentes de saúde. Até o momento, pelo menos quatro funcionários dos Centros de Atendimento Integral à Saúde (Cais) já foram identificados além de um servidor que transferia cartões do Sistema Único de Saúde (SUS) do interior para a capital.

Preso na última terça-feira (12), Eder confessou os crimes e deve responder inicialmente por corrupção ativa. As negociações eram feitas via whatsapp. Os pacientes furavam as filas de espera e os valores variavam entre R$ 1.200 a R$ 2 mil. Segundo a polícia, o suspeito possuía contatos de funcionários públicos que tinham senhas restritas da Saúde e conseguiam colocar os nomes indicados no topo da regulação. Parte do dinheiro era dividido com os integrantes do grupo.

A primeira denúncia do caso foi feita em julho de 2018, por uma paciente do HGG que faria uma cirurgia plástica reparadora. Ela conta que recebeu uma ligação afirmando que sua cirurgia estava agendada e que seria necessário pagar uma "ajuda de custo". A mulher adicionou o número de Eder no whatsapp e eles começaram a trocar mensagens. Em seguida, ela repassou o caso à ouvidoria do hospital que formalizou a denúncia na Dercap. Na época, a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) também foi comunicada.

> *"Reforçamos que o atendimento no HGG é completamente gratuito. Sempre que alguém for abordado para ser beneficiado ou para pagar alguma taxa, é preciso denunciar na ouvidoria"*
>
> **Marcelo Matias, assessor jurídico do HGG**

"Sempre reforçamos que o atendimento no HGG é completamente gratuito e o hospital reforça essa informação. Sempre que alguém for abordado para ser beneficiado ou para pagar alguma taxa, é preciso denunciar na ouvidoria da unidade para que as autoridades policiais ou judiciárias tomem as providências necessárias", afirma o assessor jurídico do HGG, Marcelo Matias.

Em contato com a Superintendência do HC, a reportagem foi informada que a unidade só se pronunciaria hoje, visto que ainda não há a comprovação por parte da investigação que as cirurgias chegaram a acontecer no hospital.

Apesar da informação do HGG, o delegado-adjunto da Dercap e responsável pelo caso, Rhaniel Almeida, afirma que as investigações começaram em setembro de 2018, após uma denúncia ser formalizada na delegacia. A mulher que registrou a ocorrência disse que pagou o valor combinado, mas não teve a consulta agendada.

ESQUEMA

Segundo o delegado, se as pessoas tivessem cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) registrados em outro município goiano, Eder transferia o documento para a capital sem que a pessoa sequer tivesse um comprovante de endereço. O servidor suspeito de ser o responsável pelas transferências dos cartões já foi localizada pela Polícia Civil e deve ser ouvida nos próximos dias.

Em seguida, uma consulta era agendada em um Cais de Goiânia, sem necessidade de aguardar a fila de espera. Para a Dercap, essa era uma forma de tentar "legalizar" a cirurgia que aconteceria em seguida. A investigação futura irá explicar como funcionava o esquema em sua totalidade e quem participava das fraudes. A polícia adiantou que algumas pessoas que "compraram" o serviço já foram identificadas e que podem responder por corrupção passiva.

"Enquanto muitas pessoas aguardavam meses e até anos, outros pacientes que pagavam para o Eder eram colocados no topo desta fila e atendidos com antecedência. A investigação começou com Eder e por isso outras pessoas ainda não foram presas. Com o decorrer chegamos à conclusão de que ele contava com a ajuda de funcionários e não está descartada a prisão dessas pessoas", explica o delegado Rhaniel Almeida. "Como a investigação ainda está em andamento, nós vamos nos aprofundar para saber, ao certo, quais unidades e quantas pessoas tiveram as cirurgias marcadas. Por enquanto, há citações nos autos sobre o HGG e o HC", relatou.

A Polícia Civil afirma que nem sempre ele conseguia as cirurgias a depender das especialidades que eram requisitadas. Mas, como a taxa de sucesso era alta, ele passou a ser indicado pelas pessoas que acabavam chegando até ele.

Fábio Lima



Delegados Webert Leonardo e Rhaniel Almeida falam sobre operação

Preso tinha carimbo de médico em casa

Eder Alves da Rocha foi preso em Goiânia, no Residencial Brisa do Cerrado, e a polícia apreendeu em sua residência celular, documentos, receitas em branco e um carimbo com o nome de médico, especialista em ortopedia e traumatologia... Em sua última atualização de currículo lates, a informação é de que atua no quadro do Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso), em Santa Helena.

Em resposta, a assessoria do Hurso respondeu que o profissional citado "trabalhou como prestador de serviço terceirizado de junho a outubro de 2018. Atualmente, ele não possui nenhum tipo de relação profissional com a unidade".

A reportagem tentou contato com o médico por meio do Conselho Regional de Medicina de Goiás (Cremego), mas o profissional não disponibilizou o telefone no cadastro do conselho. Segundo a polícia, ainda não é possível comprovar a participação dele no esquema e é possível que ele nem saiba que seu nome era utilizado. O Cremego afirmou que vai apurar a situação.

MINAÇU

Apesar de comissionado como assessor da prefeitura de Minaçu, município localizado a mais de 500 km de Goiânia, Eder morava na capital. De acordo com a Delegacia Estadual de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública (Dercap), ele está no cargo desde o final de 2017, quando foi nomeado. Segundo o delegado, não foi comprovado, entretanto, que ele se beneficiava da função para realização das fraudes.

Procurado, o prefeito da cidade, Agenor Ferreira disse que não estava ciente da situação e afirmou que talvez Eder estivesse lotado no Centro de Apoio de Minaçu, que fica em Goiânia. A reportagem entrou em contato com a Casa, mas foi informado que não existe nenhum funcionário com este nome no local.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Eder. Até a tarde de ontem, o investigado ainda não tinha constituído advogado, segundo a polícia.

Secretaria Municipal de Saúde diz que ainda não foi notificada

Diretora de enfermagem do Hospital Geral de Goiânia (HGG), Natalie Alves explica que não há uma forma de burlar o sistema diretamente no hospital porque todos os pacientes passam pela Regulação da Prefeitura de Goiânia, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde. "Se os pacientes foram beneficiados, passaram pela regulação porque só conseguimos disponibilizar as vagas, mas não conseguimos incluir nenhum nome no sistema", diz.

A SMS foi procurada pelo O POPULAR e informou que não foi notificada pela Polícia Civil e que aguarda a investigação da polícia sobre o caso para tomar as devidas providências.

Já a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) informou que o HGG identificou a possibilidade desse esquema e que foi formulada denúncia junto à Delegacia Estadual de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública (Dercap) em julho de 2018.

O titular da SES, Ismael Alexandrino, diante do fato, reforçou a necessidade de reformular a Regulação dos Serviços SUS de Goiás. "Deixamos claro que a SES-GO continuará atuando com veemência na repressão a este tipo de conduta, utilizando qualquer instância investigativa e de coerção que for necessária, com vistas a garantir a preservação dos princípios do SUS de forma ética e transparente", garantiu.

DIÁRIO DA MANHÃ 14/02



Café da Manhã

ULISSES AESSE

Difícil

Uma coisa é certa. As autoridades deveriam investigar mais as ações das **OS**s no serviço público. Cada notícia de supersalário que deixa todos corados de vergonha. Para onde está indo o dinheiro do povo?

Descaso

A verdade é que com as **OS**s os atendimentos melhoraram em qualidade, mas em quantidade, o descasc tem sido geral. Com isso, aumentam as filas de doentes 'perdidos no tempo', isto é, sem data para suas cirurgias.